

Celebrando a Paz e causando Conflitos: as diferentes facetas de Norberto de Xanten

 Vinicius Cesar Dreger de Araujo*

Resumo: Norberto de Xanten, fundador da Ordem dos Cônegos Regulares Premonstratenses (1120) é uma figura exemplar tanto a respeito das reformas clericais quanto da efervescência religiosa entre os séculos XI e XII. Analisaremos à luz das "regras do jogo" político (*Spielregeln der Politik*) de Gerd Althoff e do *Senhorio consensual* (*Konsensuale Herrschaft*) de Bernd Schneidmüller, as atuações de Norberto como pacificador na Lotaríngia em 1119, enquanto pregador itinerante e como causador de conflitos em Magdeburgo entre 1126 e 1129, já como arcebispo. Para tanto, utilizaremos como fonte principal a assim denominada *Vita Norberti A*, complementada quando necessário pela *Vita Norberti B*, pela *Gesta archiepiscoporum magdeburgensium* e os *Annales Magdeburgenses*.

Palavras-chave: Norberto de Xanten, Premonstratenses, Violência, Paz.

Celebrating Peace and causing Conflict: the different facets of Norberto de Xanten

Abstract: Norbert of Xanten, founder of the Order of the Premonstratensian Regular Canons (1120) is an exemplary figure both in clerical reforms and in religious effervescence between the 11th and 12th centuries. We will analyze Norbert's performances as a peacemaker in Lotharingia in 1119, as an itinerant preacher and as a cause of conflicts in Magdeburg between 1126 and 1129, already as archbishop in the light of the *Spielregeln der Politik* (by Gerd Althoff) and the *Konsensuale Herrschaft* (by Bernd Schneidmüller). For this purpose, we will use *Vita Norberti A* as our main source, complemented when necessary by *Vita Norberti B*, the *Gesta archiepiscoporum magdeburgensium* and the *Annales Magdeburgenses*.

Keywords: Norbert of Xanten, Premonstratensians, Violence, Peace.

* Doutor em História Social pela USP (2011), atua como professor efetivo em História Medieval na UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros, MG e como membro permanente do PPGH – UNIMONTES. E-mail: vinicius.dreger@unimontes.br



Introdução

Neste ano de 2020 se comemora o 900º aniversário da fundação da Ordem dos Clérigos Regulares Premonstratenses, uma ordem religiosa *sui generis*, inspirada pela vida comunitária da igreja primitiva (como retratada nos *Atos dos Apóstolos*) e pela pregação de clérigos ordenados como sacerdotes, vivendo sob a Regra de Santo Agostinho. Assim, para o contexto religioso de renovação do século XII, os Premonstratenses eram simultaneamente primitivistas e inovadores, acolhendo a florescente piedade laica, o espírito missionário e mesmo o cruzadista em uma “vívida consciência da distinção de seu carisma como um apostolado misto, unindo o retiro contemplativo ao engajamento ativo no mundo secular” (Neel, 2020: 193).

Esta ambiguidade presente no carisma da Ordem reflete as ambiguidades que caracterizaram a vida de seu fundador, Norberto de Xanten (c. 1080 – 1134), uma das figuras exemplares dos movimentos de renovação clerical do século XII. No entanto, uma análise detalhada de sua biografia, conforme referida na assim denominada *Vita Norberti A*, nos permitirá entrever um dos aspectos mais importantes do reformismo em questão: a capacidade dos clérigos em gerir conflitos, provocando-os ou solucionando-os, tanto na esfera laica quanto na própria esfera eclesiástica.

É interessante notarmos que a vida de Norberto coincide com uma era conturbada na Germânia Imperial diretamente ligada à Contenda das Investiduras (1075-1122) e com a chegada dos movimentos tanto de reforma eclesiástica quanto de reforma espiritual às terras germânicas, que contribuíram para a desarticulação das estruturas prévias de poder e autoridade, tanto no campo do laicato quanto no interior eivado de tensões e contradições da dita Igreja imperial.

Nunca é suficientemente importante realçarmos a natureza diferenciada das relações de poder no interior da sociedade germânica entre os séculos IX e XIII: as aristocracias laica e eclesiástica estavam entrelaçadas em teias de cooperação e competição, que eram reproduzidas por outros grupos, como o patriciado urbano, os capítulos catedralícios e mesmo os pequenos aristocratas que orbitavam as pequenas cidades.

Estas relações eram reguladas principalmente por meio de cerimônias, rituais e gestos eram utilizados não apenas para fortalecer relacionamentos: eles também eram empregados, por exemplo, para estabelecer a posição e o *status* de estranhos, para que pudessem ser tratados de maneira apropriada. Estas ações rituais, de comunicação não verbal formam a matéria-prima para os estudos de Gerd Althoff, em obras que vão do *Spielregeln der Politik im Mittelalter – Kommunikation in Frieden und Fehde* (1987) a *Kontrolle der Macht – Formen und Regeln politischer Beratung im Mittelalter* (2016).

Dentre as ações rituais destacamos aqui o papel dos ritos empregados para a resolução de conflitos: as consultas para a formação de consenso e os juramentos. O pronunciar de um juramento era um ritual imensamente importante nos laços de suserania e cooperação no medievo. Entre os juramentos empregados por estes grupos, estava o assim chamado “juramento promissório”, envolvendo uma promessa de comportamento de determinada maneira, sempre que assim exigido no futuro. Os juramentos, é claro, eram uma característica comum dos laços cooperativos, das *coniurationes* políticas e de toda gama de outros laços coletivos na Idade Média.

Quanto às consultas, havia claramente dois tipos de consulta: a discussão informal e confidencial, presenciada por pessoas reunidas por relacionamentos de confiança e, em algum momento posterior, o encontro oficial, conduzido em público em uma corte ou assembleia, que Althoff veio a denominar como *colloquium familiare*, *colloquium secretum* e *colloquium publicum* (ALTHOFF, 2014: 157-184). Uma grande quantidade de contatos informais costumava ter lugar antes que quaisquer opiniões fossem expressas em público. Desta maneira, a aceitação das opiniões expressas publicamente podia ser garantida de antemão, normalmente por meio de intermediários (*internunti* ou *mediatores*).

O objetivo era evitar os confrontos face a face, potencialmente explosivos, algo já delineado por Hincmar de Reims no capítulo 34 de seu *De ordine palatii*. Ele afirma que sempre que um monarca necessitasse do conselho de seus nobres, estes não deveriam responder imediatamente, mas

sim ter alguns dias para trocas informais de opiniões entre eles, intermediadas por emissários; apenas então deveriam responder. Assim seriam evitadas as dissensões e confrontos durante as discussões públicas e oficiais (Dutton, 2009: 530-531).

Para compreendermos o processo pelo qual a construção do consenso (*Willensbildung*) acontecia e as decisões eram tomadas, é necessário colocar estas e outras normas de processo consultivo em seu contexto político. Uma característica básica deste processo consistia na formação de uma opinião no interior de um pequeno grupo, geralmente de pessoas que confiavam umas nas outras; só então expressavam-na publicamente, algum tempo depois. Também era comum que uma pessoa de *status* mais elevado fosse o porta-voz desta opinião, que assim não teria chances reais de ser desafiada. No entanto, caso houvesse falta de confiança no interior do grupo decisório ou se o grupo não fosse mantido por laços de confiança, tais como parentesco ou amizade, então o processo de construção do consenso entrava em colapso.

Os laços que geravam tal confiança eram assim muito valorizados. Se alguém tivesse à sua disposição família, amigos e associados com influência suficiente, então estaria em posição de garantir o resultado de uma assembleia pública, ao organizar apoio suficiente para garantir uma decisão de antemão.

Se alguém rompesse a paz existente entre si e outros membros de seu grupo, então, na verdade, não havia alguma autoridade ou regulamentação para reforçar a paz. Contudo, isso não significa que, na ausência de uma corte de arbitragem, não houvesse outros meios para controlar ou resolver conflitos, sendo um dos mais importantes, o emprego já citado de intermediários com laços próximos às facções em conflito.

Normalmente os mediadores eram arcebispos, bispos ou leigos com posição social similarmente elevada: buscava-se um modelo de resolução de conflitos caracterizado na teoria dos jogos como soma diferente de zero, o “ganha-ganha”, no qual ambas as partes saíam com a honra intacta. Não é coincidência que estas ações fossem realizadas com a maior publicidade

possível: por exemplo, durante a celebração de um casamento ou de uma missa solene.

Entretanto, quando as disputas alcançavam o estágio do confronto aberto, este também possuía regulações; as operações tinham início por meio de incursões ao território inimigo, objetivando devastar suas propriedades. Naturalmente, tal ação tinha que ser respondida da mesma forma. Todavia, ao mesmo tempo ambas as partes convocavam certas pessoas para ajudar a resolver a disputa. Se configurava então uma peculiar mistura de combates e negociações. O objetivo era o de restaurar o *status quo ante* sem que ninguém perdesse honra. Isto era alcançado pelo emprego de métodos e rituais que, em princípio, enfatizavam o poder de um, mas também reduziam ao mínimo o dano imposto ao outro, como a prostração, a *deditio*, o principal rito que demonstrava o arrependimento público do indivíduo que pedia o perdão, sendo completado com aquele que perdoa, erguendo o prostrado, abraçando-o e dando-lhe o beijo da paz.

Todos esses ritos conduziam ao que Bernd Schneidmüller denominou como *Konsensuale Herrschaft*¹, o Senhorio Consensual: no medievo em geral, mas particularmente no império germânico, predominavam relações sociopolíticas que não poderiam ser caracterizadas apenas como pautadas por comando, mas sim como relações consensuais construídas no interior das elites clericais e seculares, por meio de negociações contínuas, gerando não um poder plenamente centralizado, mas sim um poder colegiado, sobre o qual o monarca atuava, essencialmente, como árbitro entre os príncipes e cada príncipe replicava esta estrutura entre seus subordinados.

Pode-se melhor compreender este princípio ao reconhecermos que, na Idade Média central, os direitos de governar por consenso eram diferentes para diferentes categorias. Por exemplo, o bispo dependia da aprovação de seu capítulo catedralício em assuntos importantes, e os principais *ministeriais*

¹ No ano 2000 Bernd Schneidmüller publicou um artigo intitulado "Konsensuale Herrschaft: Ein Essay über Formen und Konzepte politischer Ordnung im Mittelalter", republicado em inglês em 2013.

eram responsáveis pela organização funcional e corporativa e pela estabilidade das cortes aristocráticas (Schneidmüller, 2013: 452).

O tratamento dado por Althoff e Schneidmüller nos guiará na análise de casos específicos de conflitos nos quais Norberto se envolveu. Selecionamos dois episódios relatados na *Vita Norberti A*: o primeiro se concentra na atuação de Norberto como pacificador na Lotaríngia enquanto pregador itinerante (capítulos 7 e 8) e o segundo em seus conflitos contra o capítulo catedralício e a cidade de Magdeburgo, já como arcebispo (capítulos 18, 19 e 20).

1. Norberto "Apóstolo da Paz"²

O contexto geográfico no qual Norberto atuou como pregador itinerante (*Wanderprediger*) e pacificador em 1119, é o do antigo reino da Lotaríngia, especificamente na região correspondente ao ducado da Lotaríngia Superior.

A história política da Lotaríngia nos séculos IX e X foi *sui generis* – sua posição geográfica intermediária, combinada com suas ricas tradições políticas, tornaram-na objeto de desejo para governantes próximos e distantes, as disputas de poder entre estes criaram sua história fragmentada. Entre os séculos XI e XII os duques da Lotaríngia Inferior e Superior perderam a maior parte de seu poder superior e, a despeito de seus títulos ducais, na prática eram equivalentes a condes. Ao sul, o ducado da Lotaríngia, ao norte o ducado do Brabante, disputavam poder e autoridade com os condes da Holanda e da Zelândia, de Guelders, Cleves, Jülich, Hainault, Namur, Loon, Chiny, Luxemburgo, Bar e o duque de Limburgo, além dos principados episcopais de Trier, Colônia, Utrecht, Cambrai, Tournai, Liège, Metz, Toul, Verdun e Estrasburgo, além dos mosteiros imperiais de Prüm, Kornelimünster, e Stavelot-Malmedy.

Devemos ainda considerar que todos estes potentados regionais também competiam e cooperavam com senhores locais e os superiores de estabelecimentos religiosos menores, que estavam engajados nas mesmas

² Epíteto empregado pelos Premonstratenses nos sermões específicos das missas solenes do dia de São Norberto (06/06), conforme testemunhado pelo autor na capela do Seminário Premonstratense em Montes Claros, MG.

formas de disputas que os grandes nobres, apenas em escala menor, mas não menos intensa.

A seguir reproduziremos as passagens que correspondem à atuação pacificadora de Norberto:

Vita Norberti A, Capítulo 7 (vilas de Fosses e Moustier)

Ao compreenderem que ele era um ministro da paz e da concórdia, ansiosamente lhe solicitaram que com eles permanecesse por um tempo, explicando que havia em sua região um conflito de ódio mortal, que não podia ser resolvido por nobre ou clérigo. Por causa disto, quase sessenta homens haviam morrido. Agora, pela graça de Deus, mesmo enquanto estas pessoas estavam fazendo sua solicitação, aproximou-se um homem, cujo irmão havia sido assassinado naquela mesma semana, devido a este ódio.

Quando o viram, disseram: "Veja, aqui está um dos homens dos quais estávamos falando!". Interpelando o homem, Norberto abraçou-o, dizendo: "Meu caro, sou um forasteiro que por aqui passa, mas peço-lhe um favor. Conceda o perdão àqueles que mataram seu irmão e receba sua recompensa de Deus". Imediatamente lágrimas brotaram dos olhos do homem. Não apenas ele perdoou como também se submeteu ao homem de Deus, dando-lhe a oportunidade para reconciliar-se com outros inimigos e trazer completamente a paz.

No sábado seguinte, quando pessoas em ambos os lados da disputa se reuniram na cidade de Moustier, muitas outras vieram; em parte para assistir ao homem de Deus e, em parte, para assistira tão esperada reconciliação. Norberto permaneceu orando em seu aposento, com a porta fechada, até quase a terceira hora. Quando o companheiro de Norberto polidamente informou-o de que as pessoas estavam ficando inquietas, ele respondeu que Deus precisa ser servido não de acordo com a vontade dos homens, mas de acordo com a vontade de Deus. Mas, pouco depois, ele saiu para celebrar uma missa para a bendita Virgem Maria e então uma missa em intenção daqueles que haviam morrido devido à disputa. Em seguida ele pregou àqueles que haviam se afastado, mas haviam se reencontrado. Ele iniciou: "Irmãos, quando Nosso Senhor Jesus Cristo enviou seus discípulos para pregar, entre outras coisas Ele lhes disse: "Quando entrarem em uma casa, digam primeiro: Paz a esta casa. Se houver ali um filho da paz, a sua paz repousará sobre ele". Agora nós, que nos tornamos imitadores dos discípulos de Cristo, não por nossos próprios méritos, mas pela infinita graça divina, anunciamos a mesma paz para vós. Não permitam que suas mentes descrentes desconsiderem esta paz, porque ela tocou a Paz Eterna. Vocês estão cientes do porquê nos reunimos. Para alcançar tal paz, que não é minha ou feita por meus atos, já que sou apenas um forasteiro e um peregrino, mas sim pela vontade e poder

de Deus. No entanto, o que vocês devem fazer, é cumprir Sua Vontade em completa e total afeição”.

A isto o povo respondeu em uma só voz: “Que o Senhor, através de ti, comande o que o apraza. Nós não devemos contradizer o que quer que o Senhor queira que nós façamos”. O que mais há para ser dito? Ambos os lados da disputa vieram ao pátio e, com relíquias colocadas no espaço entre eles, abjuraram de sua discórdia e fizeram a paz, confirmando-a por juramento (Antry, 2007: 133-4, nossa tradução).

Vita Norberti A, Capítulo 8 (vilas de Gembloux e Couroy)

No dia seguinte, muito cedo Norberto deixou este lugar e partiu para outra vila chamada Gembloux, não muito distante, para proferir um sermão às pessoas dali. Ele foi muito bem recebido porque as pessoas ouviram que ele era um portador da palavra de Deus e da desejada paz. Nesta região também viviam dois príncipes que haviam reduzido tudo a terra devastada, com suas incessantes lutas, saques e incêndios. Quando o homem de Deus ouviu isso, comovido pelas lágrimas do povo e se apiedando de seu desamparo, foi até estes líderes, primeiro a um, então ao outro. Ele endereçou estas palavras ao primeiro homem: “Você é grande e poderoso e deveria estar ciente de que este poder lhe foi dado por Deus. Assim, você deveria ouvir a mim, seu servo, não por respeito a mim, mas por respeito a ELE. Fui enviado a você para seu benefício e de muitos. Assim, sendo, ouça a este pobre viajante; receba a ordem que o Senhor teu Deus transmitiu-lhe, para que assim ele possa recebê-lo. Perdoe quem lhe ofendeu, para que assim você possa ser perdoado e o consolo dos pobres e necessitados possa trazer a remissão de seus pecados”. Após ouvir a isto, o príncipe, levando em consideração as pobres vestimentas do homem, sua expressão modesta e a qualidade de seu discurso, se submeteu e disse: “Como desejares. Não há razão em contradizer este seu pedido”.

Tendo alcançado o que desejava com este homem, ele foi ao outro, cujo coração estava empedernido. Da crueldade em sua face à dureza de suas palavras, Norberto sabia que este não era um filho da Paz. Abstendo-se de seu planejado discurso, ele disse ao irmão que estava consigo: “O homem é insano, mas em breve ele cairá e será capturado e pisoteado por seus inimigos”. Norberto disse isso e partiu. Sua predição foi cumprida no decorrer de uma semana, posto que o príncipe foi capturado e posto a ferros. A seguir, Norberto veio à vila de Couroy e, devido à sua reputação já ter se propagado em todas as direções, pessoas daquela localidade vieram a ele. Após a celebração da missa, ele falou sobre paz e concórdia, como era de seu costume. Ele começou em humilde exortação para recordar a alguns que estavam contra outros, devido a antigas querelas. A despeito do pedido, um deles se ergueu, não querendo fazer a paz e correu para fora. Pulou sobre seu cavalo, tentando fugir, mas o cavalo não se moveu, embora ele o tivesse esporeado duramente. Com isso a multidão se

reuniu, alguns por curiosidade, outros para zombar e outros ainda para chorar. O próprio homem, abalado, retornou à igreja e, prostrado, pediu perdão. Ele concordou com as condições de paz que haviam sido previamente estabelecidas e recebeu absolvição por ter ofendido um homem de Deus (Antry, 2007: 134-5, nossa tradução).

Para analisarmos estas passagens, além de pensarmos a verossimilhança do contexto, devemos considerar a natureza formulaica do texto hagiográfico e, particularmente a identificação dos *topoi* literários nele presentes. Nestas passagens em questão, podemos encontrar o *topos* do Homem Santo como Forasteiro, interessante analisado por Peter Brown no artigo "The rise and function of the Holy Man in Late Antiquity", publicado originalmente em 1971, do qual gostaríamos de destacar a seguinte proposição: o Homem Santo é o forasteiro por excelência; não apenas não pertence à região onde atua, mas também "se torna diferente dos outros homens ao se aproximar de Deus, por meio do ascetismo e da auto mortificação" (Brown, 1971: 130). Essa distância permite-lhe atuar com certo grau de objetividade como mediador. A presença deste *topos*, embora reforce o caráter formulaico já mencionado, não invalida a verossimilhança dos ritos que envolvem a pacificação, como veremos.

Os capítulos 7 e 8 da *Vita A* se configuram como fontes exemplares para compreendermos os rituais que regiam a gestão de conflitos e sua pacificação. No capítulo 7, a intervenção de Norberto, durante suas jornadas como pregador itinerante, como mediador para a disputa entre dois nobres anônimos, encaixa-se nos padrões definidos por Althoff quando nos recordamos do seguinte fator: embora as próprias origens de Norberto fossem lotaríngias, ele pertencia à porção germânica da região; entretanto, a presença de Hugo de Fosses, nascido na região e conhecido pelas partes em conflito e que, embora não mencionado diretamente, serviria como fiador da isenção de Norberto. Ao travar conversa com o primeiro envolvido, Norberto dele obteve "sua submissão", em uma provável referência à *deditio*. Nela, a parte que se submete, se coloca à mercê do outro. É interessante notarmos que a *Vita B* acrescenta que isto teria acontecido em uma quinta-feira. Mas a missa de reconciliação só se deu no sábado e, ainda assim, as duas fontes frisam o proposital atraso na missa por parte de Norberto.

Tanto o intervalo entre a primeira intervenção quanto o atraso em iniciar a missa, poderiam ser explicados pelos *colloquia*, carregados com intensa atividade de negociação para satisfazer ambas as partes e garantir que o *colloquium publicum* seria plenamente bem-sucedido e selado com um juramento promissório.

Já os casos de Gembloux e Corroy demonstram as limitações destes processos, focados na recusa de negociação por uma das partes: em Gembloux acontece o fracasso em um *colloquium secretum*; em Corroy, têm-se a impressão de que ao menos o indivíduo em questão, não tivesse participado das negociações privadas, tendo depois que realizar uma *deditio* plena para não correr riscos de retaliação por parte dos outros envolvidos.

Devemos observar que, em ambos os casos bem-sucedidos, os sucessos ocorreram em conjunção com os sermões proferidos durante a missa, essenciais para consolidar o consenso previamente construído e para apresentar à coletividade o resultado do processo de pacificação.

Finalmente, ao retomarmos a proposição inicial de Norberto, *Apóstolo da Paz*, podemos concluir que tal epíteto possuiria agora um sentido embasado em sua atuação na tessitura sociopolítica de seu contexto e não mais, necessariamente, na proposição de sua santidade.

2. Norberto, arcebispo em conflito

Norberto de Xanten foi eleito como arcebispo de Magdeburgo, no leste da Saxônia, de maneira que poderíamos considerar como curiosa, mas usual para o período: ele nunca havia estado na região e não fazia parte, de forma alguma, do capítulo de cônegos de sua catedral ou de qualquer uma de suas sés sufragantes (Havelberg, Brandenburg, Meissen, Zeitz ou Merseburg). No entanto, sua eleição foi legítima, segundo os procedimentos prescritos na Concordata de Worms de 1122, que pacificou, ao menos temporariamente, as relações entre o Império e o Papado.

Emissários magdeburgenses vieram à assembleia imperial ocorrida em Speyer em 1126, para rogar a Lothar III que decidisse uma eleição empatada entre três candidatos; segundo o privilégio henriquino de Worms, o monarca

poderia indicar um novo candidato que suplantasse o impasse. O legado papal presente em Speyer sugeriu o nome de Norberto, que também se encontrava na assembleia, para pregar à corte. Assim sendo, Norberto foi declarado eleito, tanto por beneplácito imperial quanto papal.

A seguir o bispo-eleito dirigiu-se a Magdeburgo onde, segundo o capítulo 18 da *Vita A*, foi recebido com intenso júbilo. Entretanto, tal alegria não haveria de perdurar.

Após Norberto ter sido consagrado bispo, ele começou a ser um "administrador fiel" (Lucas, 12: 42) de sua casa. Ele convocou todos os administradores das propriedades diocesanas e "fez contas com eles" (Mateus 25: 19), dos rendimentos da diocese. Esta contabilidade teve resultados tão modestos, que dificilmente cobriria as despesas da arquidiocese pelos próximos quatro meses. Embora a igreja em Magdeburgo tivesse sido estabelecida e enriquecida pelo poder imperial, dotada e ampliada por muita generosidade, todavia foi grandemente empobrecida pela negligência e extravagância dos arcebispos. Para restaurá-la, encorajado pela vontade divina, Norberto como arcebispo retomou as posses da igreja que haviam sido tomadas pelas mãos dos violentos. Ao fazê-lo, ele concedeu-lhes a oportunidade de fazerem-lhe mal. Ele se tornou odiável a todos aqueles que inicialmente o haviam aclamado com louvor (Antry, 2007: 163, nossa tradução).

A *Vita Norberti B* acrescenta mais detalhes acerca das ações subsequentes de Norberto:

Ele destemidamente assumiu sua autoridade e enviou legações a toda parte, ordenando que quem injustamente detinha posses da igreja, sobre a qual ele presidia pela vontade de Deus, não deveria mais se atrevesse a deitar mão sobre elas, a menos que primeiro mostrasse que elas lhes pertencessem por direito hereditário e herdadas de propriedade paterna de longa data.

Quando os ladrões e os homens sacrílegos ouviram isso, ficaram profundamente indignados com o fato de um homem desarmado e pobre que havia chegado em um jumento se atrever a dar uma ordem tão forte e tão precipitada. Eles desconsideraram sua ordem, pensando em não perder nada daquelas coisas que haviam tomado violentamente. Mas ele os perseguiu com a espada espiritual com a qual estava cingido. Sentando-se em silêncio, ele os atacou, os atingiu, os derrubou e os prendeu com as amarras do anátema (*Vita Norberti B*, capítulo 44: 93, nossa tradução).

Como se não bastasse esta situação, Norberto amplia as causas de ressentimento contra si ao retirar a igreja de Nossa Senhora do controle do capítulo arquiépiscopal para ali instalar uma célula de cônegos oriundos de sua ordem, os Premonstratenses. Ele obteve esta igreja com o apoio tanto do monarca quanto do papa Inocêncio II, numa clara demonstração de poder perante seu séquito imediato.

Assim sendo, o conflito se torna inevitável quando Norberto declara sua intenção de transformar o capítulo de cônegos seculares de sua catedral em um capítulo regular, por meio da reforma de seus costumes. No que consistiria esta reforma? Uma passagem anterior da *Vita Norberti A* (capítulo 9) nos esclarecerá:

Sob instigação do bispo Bartolomeu de Laon que muito estimava Norberto, os cônegos do capítulo [de São Martinho de Laon] elegeram Norberto como seu superior, decisão endossada pelo papa [Calixto II] e pelo bispo. Norberto só aceitaria o cargo se os cônegos aceitassem que sua missão “não busca o que pertence a outrem; de forma alguma demanda retomar por meio da justiça secular ou de processos legais o que tenha sido roubado; não emaranhar quem quer que seja nas amarras do anátema por quaisquer injúrias ou perdas sofridas. Para resumir brevemente, escolhi viver simplesmente a vida apostólica e evangélica corretamente entendida”.

Quando esta instituição evangélica foi explicada aos cônegos de São Martinho, isto é, como eles seriam imitadores de Cristo, como eles deveriam desprezar o mundo e ser voluntariamente pobres, como eles deveriam resistir à reprovação, insulto e escárnio e sofrer de fome, sede, nudez e outras coisas desta sorte, e como eles deveriam ser obedientes aos preceitos e regras dos Santos padres, eles, imediatamente ficaram aterrorizados por suas palavras e aparência e disseram: “Não queremos este homem conosco porque nem nossos costumes nem os dos nossos predecessores conheceram tal mestre. O que é nosso nos seria tomado e não retornado, nós pleitearíamos nosso caso e não nos beneficiaríamos, nós iríamos sentenciar, mas não seríamos temidos. Deixe-nos viver como somos. Deus castiga, não mata!” (Antry, 2007: 137-8, nossa tradução).

Ainda segundo a *Vita Norberti A*, “em resposta às boas obras de Norberto, a indignação de seus rivais se ampliou”; a escalada de hostilidades passou às tentativas de homicídio: a primeira ocorreu na sexta-feira da Paixão de 1129, quando um assassino disfarçado de penitente foi descoberto

por Norberto entre aqueles que buscavam confessar-se consigo. Ao interrogarem o malfeitor, descobre-se que os mandantes eram membros do séquito de Norberto: como não foram registrados os nomes deles, nem se menciona que tenham sido premonstratenses, infere-se que fossem membros do capítulo.

Em outra ocasião, outro clérigo do séquito do arcebispo tentou apunhalá-lo enquanto ele e outros clérigos se deslocavam para a missa das matinas. Esta tentativa falhou, já que o assassino atingiu, por engano, outro religioso, ferindo-o. Desta vez, o criminoso conseguiu fugir.

As tensões que opunham Norberto e seus seguidores aos membros do capítulo permaneceram e explodiram em conflito aberto: ao retornar de uma viagem, Norberto se depara com a notícia de que um crime hediondo havia ocorrido na catedral. Conforme diz a *Gesta archiepiscoporum magdeburgensium*, compilada após 1142, utiliza a expressão *nefando crimine* para qualificar o ocorrido. Nem a *Gesta*, nem os *Annales Magdeburgenses* ou a *Vita Norberti* trazem maiores informações acerca do ocorrido. Contudo, devido ao estado da disputa faccional na catedral, é provável que tal crime tenha sido um homicídio, entre clérigos e que, considerando a oposição do capítulo ao que virá a seguir, um premonstratense ou fiel a Norberto tenha sido assassinado por um membro da facção rival. O capítulo da catedral de São Maurício, segundo a *Vita B*, chegou mesmo proibir que Norberto realizasse a reconsagração. No entanto, Norberto não lhes deu ouvidos.

Segundo os *Annales Magdeburgenses*,

No mesmo ano, na comemoração de São Paulo Apóstolo, houve grande comoção dos cidadãos de Magdeburgo contra o arcebispo Norberto que, com os superiores da igreja, disse que esta havia sido maculada e que seria reconsagrada à noite. Então, com o tumulto se ampliando, refugiou-se no antigo monastério[**entre São Maurício e Nossa Senhora**], com o superior deste e com os bispos de Meissen e Havelberg, onde ficaram sitiados por longo tempo, por numerosos adversários que os repreendiam, alegando que haviam quebrado os altares e furtado relíquias dos santos. Mas ele, pela divina graça, maravilhosamente superou esta armadilha e tomou para si a excomunhão dos iníquos (Pertz, 1859: 183, nossa tradução).

A *Vita Norberti A* nos apresenta mais detalhes a respeito do cerco que Norberto e seus seguidores suportaram, principalmente o que teria acontecido quando os assediadores conseguiram escalar a torre fortificada do monastério: vários atacantes desistiram de seu intento homicida quando o viram com seus paramentos eclesiásticos; outros atacaram os soldados do arcebispo, que ali estavam para protegê-lo (elemento não mencionado nas outras fontes, mas que faz sentido), sendo que um destes teve a garganta perfurada por um golpe de espada e foi dado como morto; o mesmo atacante tentou golpear o arcebispo, mas o golpe desviou-se. Em meio ao caos, parte dos amotinados exigia que Norberto expulsasse os premonstratenses da igreja de Nossa Senhora (ou seja, que a devolvesse ao capítulo), demanda que prontamente o santo homem recusou. O conflito só foi debelado pela chegada tardia do burgrave, o conde urbano de Magdeburgo que, teoricamente, atuava como advogado, isto é, administrador dos assuntos seculares do arcebispo³. Assim, Norberto pôde mostrar à multidão que os relicários e altares da catedral estavam incólumes (*Vita Norberti A*, capítulo 19).

O conflito foi reavivado pouco tempo depois, como se pode depreender, mais uma vez, pela *Vita Norberti A*, capítulo 20:

O distúrbio dos malfeitores não cessou. Eles se queixavam de que haviam sido enganados, já que o venerável padre havia escapado de sua armadilha. Então eles pactuaram entre si que, num dia combinado, se reuniriam bêbados para que, o que quer que de errado viesse a acontecer, isso seria atribuído à bebedeira, ao invés de premeditação. E concordaram que caso algum deles se tornasse contrário a essa decisão, teria a casa confiscada. Quando este plano foi trazido aos príncipes da região, que pareciam se importar com o arcebispo, porque sabiam que se tratava de um homem santo e justo, aconselharam Norberto a fugir por um período. Ele se recusou e alegremente aguardou pela palma do martírio. O dia acordado chegou e, quando o sinal foi dado, os cidadãos começaram a fazer uma grande quantidade de barulho e gritaria. Quando o bispo os questionou sobre o porquê gritavam, lhe foi dito que uma grande multidão tentava expulsar seus confrades da igreja da abençoada Maria. Mas ele sorriu e disse, "Não acontecerá, porque uma fundação plantada pelo Pai Celeste, não pode ser desenraizada". Então,

³ Até 1124, Wiprecht de Groitzsch, atuou como *advocatus* da diocese de Magdeburgo (desde 1118, burgrave de Magdeburgo), sucedido por seu filho Henrique (morto em 1135).

como o povo começou a se reunir, cavalos foram preparados e ele foi forçado a partir. Ele rumou para a abadia de São João Batista, nos arredores da cidade. Ali ele permaneceu certo tempo, pondo seus assuntos em ordem. Ele então rumou para o castelo de Gevekenstein para descansar de todo este tumulto. Quando ele encontrou o castelo fechado para si – por seus inimigos, que ali chegaram antes dele, e tomaram o controle da fortificação – ele se dirigiu à uma igreja de cônegos nas proximidades, onde permaneceu por muitos dias orando para que Deus direcionasse seu caminho segundo a Sua vontade.

Enquanto Norberto permaneceu ali em um ânimo entristecido e humilde, a paz foi restaurada com o auxílio de Deus e da mediação daqueles que permaneceram leais a ele. Seus adversários se reuniram contritos e se humilharam perante ele. Ele os recebeu gentilmente e demandou-lhes apenas uma coisa: que se reconciliassem imediatamente com seu soldado ferido. Com isto eles concordaram de boa vontade e repararam a casa arruinada do soldado, dando-lhe quarenta marcos de prata⁴ em compensação para a ferida que este recebera. Após isso, a fortificação, previamente fechada a Norberto, abriu-se a ele e foi ali recebido com honra, cercado por um bando de muitos nobres. Todas as pessoas louvaram a Deus pela constância de tal bispo, que permaneceu invicto, seguro em corpo e espírito, a despeito do evidente perigo de morte” (Antry, 2007: 169-170, nossa tradução).

O contexto deste conflito é geralmente analisado de forma mais ampla, como um exemplo local do grande conflito entre concepções tradicionais e reformistas da Igreja, como parte do construto historiográfico de uma monolítica “Reforma Gregoriana”⁵. Como afirma François Petit: “(...) Magdeburgo era verdadeiramente um feudo da igreja carolíngia: a catedral e colegiadas de fundação imperial, capítulo catedralício querendo permanecer secular, numerosos e poderosos mosteiros beneditinos” (Petit, 1980: 239).

No entanto, um olhar mais cuidadoso nos revela que Magdeburgo era uma das sés mais favoráveis aos ideais reformistas, mantendo-se hostil ao monarca e fiel aos ideais pontifícios desde 1073, ou seja, antes mesmo da formalização do choque entre Henrique IV e Gregório VII: os arcebispos Werner de Steusslingen (1064-1078), Hartwig de Spanheim (1078-1102),

⁴ Nada menos do que quatro vezes o estipêndio concedido em adiantamento aos cavaleiros para que participassem das expedições imperiais à Itália; esta quantia de dez marcos deveria custar as despesas do cavaleiro, a ser utilizado na aquisição de cavalos, armas e armaduras (Arnold, 1985: 83).

⁵ François Petit (em *Norbert et l'origine des Prémontrés*, 1980), Wilfried Grauwen (em *Norbert, Erzbischof von Magdeburg (1126-1134)*, 1986) e Bernard Ardura (em *The Order of Prémontré: History and Spirituality*, 1995).

Heinrich de Assel (1102-1107), Adalgod de Osterburg (1107-1119) e Rüdiger de Veltheim (1119-1125), este último sendo o antecessor imediato de Norberto, todos podem ser descritos como Gregorianos. É digno de nota que Werner de Steusslingen foi morto em combate, na batalha de Mellrichstadt, contra o exército imperial (Robinson, 2000: 182). Estes arcebispos apoiaram com todos os recursos possíveis a luta pela *libertas Ecclesiae*. Existe uma grande probabilidade que o estado precário das finanças arquiepiscopais em 1126 derivasse justamente desta longa luta: a compra do apoio político-militar dos príncipes laicos contra o monarca.

Para recuperar as combalidas finanças de sua sé, Norberto adotou uma solução autocrática em duas etapas: a recuperação das posses perdidas durante as décadas anteriores e a reforma do capítulo catedralício, que, ao que tudo indica, envolveria o confisco dos bens pessoais dos cônegos. Estes eram oriundos de famílias não apenas aristocráticas, mas também do patriciado urbano de Magdeburgo; assim sendo, a imposição da entrega de seus bens para uso comunal, acompanhada do voto de pobreza individual dos cônegos, traria considerável influxo de recursos ao arquiépiscopado.

Mas é necessário observarmos algumas particularidades do ofício episcopal e de suas relações com o capítulo catedralício e as regiões próximas: como regra geral, os capítulos das catedrais elegiam os bispos; como uma corporação, o capítulo da catedral também gozava de direitos de senhorio e às vezes lutava com os bispos pela divisão de rendas e direitos. Através da entrada em um capítulo da catedral, a nobreza (menor) poderia tomar parte no senhorio da terra e, ao mesmo tempo, fornecer aos filhos nascidos posteriormente, benefícios eclesiásticos. Os capítulos geralmente tendiam a proteger e defender sua exclusividade social.

Em contraste com os príncipes seculares, o bispo tinha deveres, direitos e competências que estavam claramente definidos para o seu ofício, em parte pelo direito canônico - por exemplo, a liderança da comunidade, a autoridade para ensinar ou o poder de consagrar em sua diocese. As duas áreas centrais das atividades dos bispos eram a administração do bispado e o governo do território que era separado da diocese, os direitos soberanos. Em outras

palavras, os bispos não governavam apenas uma diocese, mas também uma região do senhorio secular.

Em contraste, o governo do território secular do bispo era orientado para o domínio territorial semelhante ao dos príncipes seculares. Em disputas territoriais, os bispos agiam como concorrentes em pé de igualdade com os leigos. Como os príncipes imperiais, no caso da monarquia, os cônegos da catedral eram eleitores e governavam durante o período de vacância na sé, o que os tornava importantes provedores de continuidade na corte episcopal. Além disso, o capítulo tinha deveres religiosos na catedral e tinha o direito de consulta e escrutínio nas decisões do bispo. Assim, o poder dos prelados era limitado em comparação com o dos príncipes seculares. Os cônegos da catedral, como portadores de benefícios, eram as fontes mais importantes de continuidade na corte do bispo (Bihrer, 2017: 108-110).

Ademais existe outro elemento nessa relação: os conflitos entre o bispo e os burgueses da cidade onde se encontra a sé episcopal, o que em muitos casos levaram os bispos a ser expulsos de suas cidades (temporária ou permanentemente) ou delas saindo voluntariamente.

Propomos analisar o confronto entre Norberto e Magdeburgo em 1129 de forma diferente da presente na historiografia aqui abordada, influenciada por uma visão religiosa e historiograficamente tradicionalista. De pronto, podemos constatar: o capítulo catedralício magdeburguense não era contrário à "Reforma Gregoriana", tendo continuamente eleito arcebispos justamente gregorianos; mas, ao que tudo indica, era contrário ao tipo de reforma pretendido por Norberto. Ao considerarmos este fato, de que então seriam diferentes facções de inspiração gregoriana em choque, devemos observar que o microcosmo da igreja de Magdeburgo reflete em si a complexa realidade da Igreja alemã no período, eivada de tensões e contradições, impossível de ser compreendida com rótulos simplistas.

Os acontecimentos, como detalhados em nossas fontes, particularmente as *Vitae Norberti A* e *B*, estabelecem relação direta entre a eleição de Norberto, suas ações em Magdeburgo e as reações contra ele, criando um enredo verossímil e completo. No entanto, poderíamos contrapor-lhe o

seguinte relato: nos *Diálogos* de Gregório Magno, escritos no século VI, ele apresenta esta história sobre São Bento de Núrsia: devido à sua santa e virtuosa reputação, monges vieram a ele e imploraram que se tornasse seu abade. Enquanto o jovem superior tentava reformar o monastério, seus monges, que não conseguiram aceitar os rigores de sua reforma, tentaram envenenar sua bebida. A trama foi descoberta graças à intervenção divina: a jarra de vinho espatifou-se quando benzida com sinal da cruz.

Elisabeth Lusset (2016) nos recorda que este relato se tornou o alicerce para o estabelecimento do *topos* hagiográfico do santo reformador perseguido por seus subordinados, segundo ela caracterizado pela presença dos seguintes elementos:

Primeiro, o superior era retratado como um santo, escolhido por sua comunidade - e não imposto - que rejeitava o poder por humildade e aceitava ser responsável pela comunidade. Como o modelo do bom pastor, ele tenta combater os maus costumes tratando seus monges ou cônegos com severidade e misericórdia. Nesta luta, o reformador era apoiado pelo papa, que aparece como juiz supremo da Igreja universal. Essas histórias buscam edificar e consolidar a autoridade dos superiores em uma época em que as formas tradicionais de vida religiosa eram criticadas. Segundo, a humildade, a aptidão dos superiores para o martírio é oposta ao comportamento dos monges e cônegos, que hipocritamente fingiam converter-se, mas continuavam sendo incorrigíveis. Recusando a reforma, eles tentam eliminar seu superior. O *modus operandi* varia (agressão, envenenamento, contração de assassinos), mas ilustra constantemente a perfídia dos monges ou cônegos perversos: o crime sempre é premeditado, cometido pela conspiração, muitas vezes indiretamente. Terceiro, embora essas histórias sejam destinadas a santificar os reformadores e retratar os súditos como parricidas, elas sublinham a conversão espetacular de monges perversos ou sua punição implacável (Lusset, 2016: 116).

Assim, apesar da aparente historicidade dos fatos relatados pelas *Vitae Norberti*, é indubitável que a forma de sua narrativa se encontra subordinada ao *topos* em questão. E isso faz com que toda a trama das relações sociopolíticas do contexto deixe de ser mencionada, posto que a natureza de nossas fontes está imbuída de fins edificantes e não algum hipotético compromisso objetivo com a História.

No entanto, as omissões presentes nos relatos nos permitem considerar questões interessantes para analisarmos à luz do senhorio consensual de Bernd Schneidmüller e das “regras do jogo” político de Gerd Althoff. As duas omissões que trataremos aqui são: Em primeiro lugar, se ambas as partes em conflito são essencialmente gregorianas, por que entraram em choque irreconciliável? Em segundo lugar, como essa história possivelmente terminou, já que as fontes terminam seu relato nas negociações entre Norberto e a fortaleza rebelada, não com Magdeburgo?

A associação destes conceitos nos permite reinterpretar as narrativas do choque entre Norberto e Magdeburgo em 1129: na verdade, o arcebispo justamente rompeu toda a cadeia decisória com suas ações essencialmente autocráticas e não por desconhecimento dos processos construção do consenso. Norberto viveu a maior parte de sua vida em meio à aristocracia germânica, tendo pleno conhecimento acerca destes processos. Assim, ele rompeu conscientemente estes padrões para impor uma outra concepção de autoridade. Por outro lado, os processos decisórios dos conspiradores são modelares: constroem o consenso entre si; estabelecem-no firmemente e o comunicam publicamente, durante a rebelião; embora tenhamos que notar que a definição de público aqui se encontra ligada às camadas da população relevantes em termos de poder: o patriciado urbano e as aristocracias clerical e secular.

Na quebra do domínio consensual e das “regras do jogo”, o recurso à violência se torna comum. Não por acaso, entre 1066 e 1233, ao menos catorze bispos germânicos foram assassinados, enquanto entre 899 e 1066, nenhum caso do tipo foi registrado (Reuter, 1995: 270-271). Esse recorte cronológico que envolve, justamente, o período no qual se processam as maiores mudanças nas relações de poder na Germânia, envolvendo crises entre império e papado (1076-1122; 1160-1177; 1225-1254), reformas eclesiásticas e guerras civis (1073-1088, 1115-1152, 1198-1208), que não apenas intensificaram a atmosfera de violência na Germânia, mas também contribuíram para dificultar o exercício cooperativo do senhorio consensual.

Assim, quando Norberto despreza a oposição do capítulo catedralício tanto em relação à transferência da igreja de Nossa Senhora aos Premonstratenses, quanto em relação à reforma do próprio capítulo, impondo sua vontade, sem respeitar os processos de construção de consenso e ainda apoiado tanto por Lothar III quanto pelo papa Honório II, instâncias últimas de recurso para os membros do capítulo, o emprego da violência se tornou a única forma para a resolução do conflito: fosse pela eliminação de Norberto, fosse para forçá-lo a negociar.

E justamente esse último ponto nos leva ao nosso segundo questionamento: como se deu o fim deste imbróglio, já que nossas fontes estrategicamente o omitem. A fuga de Norberto da cidade durante a segunda rebelião nos aponta a gravidade dela, assim como a impossibilidade de adentrar ao castelo de Gevekenstein, revelam a eficiente preparação dos rebelados, forçando-o a estabelecer-se em uma igreja próxima. Aí temos uma mostra da implícita ação de bastidores, característica dos *colloquia* althoffianos: Norberto pode mesmo ter orado como a *Vita A* afirma, mas com certeza encontrava-se em negociações constantes com os rebeldes no castelo, como a frase “a paz foi restaurada com o auxílio de Deus e da mediação daqueles que permaneceram leais a ele”, dá a entender. Podemos entender que condições consensualmente positivas foram alcançadas, posto que não apenas a fortificação foi-lhe devolvida, mas foi realizado um rito de contrição e humilhação pública por meio de prostração, a *deditio*, rito de submissão central à resolução amigável de conflitos, que objetivava a restauração pública da sua autoridade.

No entanto, é possível que a omissão da paz com Magdeburgo tenha sido causada pelo fato de que Norberto teve que negociar com o capítulo em posição de fraqueza. É sintomático que, embora o capítulo não mais tenha reivindicado a retomada da Igreja de Nossa Senhora, Norberto não mais prosseguiu com o processo de reforma do capítulo. Assim, considerando o tom triunfalista da *Vita A*, elaborada pelos premonstratenses de Magdeburgo, denominando-o como “invicto”, faz sentido a omissão, já que o arcebispo terminou por fracassar em seu intento.

Considerações finais

A dualidade foi uma das principais características atribuídas a Norberto de Xanten e isso se transmitiu tanto à ordem que fundou quanto aos registros hagiográficos acerca de sua pessoa. A *Vita A* reflete os pontos de vista da porção saxônica da Ordem Premonstratense, instaurada por Norberto após sua ascensão ao arcebispado de Magdeburgo. Já a *Vita B* reflete as visões da porção francesa da Ordem, muito mais próximas daquelas esposadas pelos Cistercienses. É importante reconhecermos esta cesura, já que ela nos ajuda a perceber como a principal documentação aqui analisada foi constituída, no interior das práticas sociopolíticas predominantes na Germânia Imperial em relação aos conflitos.

No medievo germânico a violência era um fato social, não necessariamente naturalizado, mas cotidiano, que precisava ser acomodado dentro de limites (como os da Guerra Justa, por exemplo). A violência precisava ser exercida para demonstrar a seriedade das reivindicações de determinado potentado ou grupo de indivíduos, mas apenas ao ponto em que levasse à solução negociada, consensual. Evidentemente que existiram exceções e tal pensamento funcione mais como tipo ideal do que efetivamente reflita o cotidiano. Entretanto, o papel do rei da Germânia/Sacro Imperador Romano tanto como mediador das disputas, garantidor da paz e executor da violência para a implementação das decisões colegiadas nas assembleias públicas não pode ser desconsiderado.

Talvez a principal forma de negociar as respostas à violência tenha sido decorrência da primeira *Landfriede*⁶ emitida por Henrique IV em 1104, que, na prática, descentralizou e privatizou a justiça, muitas vezes colocando-a nas mãos das próprias pessoas que conduziram violentos confrontos com seus oponentes locais. Estes atores só conseguiam manter uma efetiva contenção da violência em limites socialmente aceitáveis por meio do emprego das convenções rituais, legitimadas pelas constantes *Landfrieden* imperiais.

⁶ O equivalente germânico às práticas conhecidas no norte francês como Paz de Deus.

Quando analisamos as situações em que Norberto se envolveu, na Lotaríngia seu *status* de pregador itinerante, elemento neutro entre as partes e considerado como homem santo, permitiu-lhe mediar as disputas locais eficazmente, debelando focos de violência. Por outro lado, em Magdeburgo, Norberto era parte dos problemas (até mesmo poderíamos considerá-lo como instigador deles), sendo suas decisões monocráticas, tomadas à revelia do capítulo, rompendo com os padrões de negociação ritual e a busca pelo consenso, sendo a causa de seus dissabores.

Portanto, quando o capítulo se defendeu por meio da violência, avisou repetidamente a Norberto que ele deveria se ater aos padrões tradicionais e negociar. No interior da hierarquia da diocese, embora ele fosse seu príncipe, não governava sozinho e nem mais desfrutava do *status* de mediador. Norberto só foi dobrado após um levante em larga escala do capítulo e da cidade, que efetivamente o expulsou de Magdeburgo. Somente após este fracasso é que os padrões tradicionais foram restaurados e a violência cessou.

Consideramos como especulares as situações da vida de Norberto aqui analisadas. Suas atuações como solucionador e como causador de conflitos são importantes para compreendermos algumas das formas pelas quais a violência estava instaurada nas diversas regiões e grupos sociais no interior do assim denominado Sacro Império Romano. Nobres, burgueses e clérigos respondiam aos mesmos padrões de negociação, confronto e pacificação quando em conflito.

Embora as hagiografias sejam geralmente documentos formulaicos, com natureza marcadamente estereotipada, com a presença de *topoi* literários considerados como essenciais para destacar a santidade dos indivíduos nelas tratadas (marcas de reconhecimento que contribuem para a aceitação de suas narrativas) e estas mesmas características possam dificultar análises históricas de cunho tradicionalista (em muitos casos confluindo para análises mais ligadas ao Imaginário), permitem que, com o emprego de métodos diferentes, possa-se também obter das mesmas fontes, resultados mais significativos em termos de seu posicionamento no contexto e deles extrair padrões rituais e comportamentais que nos permitem ampliar a compreensão

das “regras do jogo” sociopolítico no medievo, como buscamos discutir neste artigo.

Referências bibliográficas

ALTHOFF, Gerd. *Kontrolle der Macht: Formen und Regeln politischer Beratung im Mittelalter*. Stuttgart: WBG, 2016.

_____. *Spielregeln der Politik im Mittelalter - Kommunikation in Frieden und Fehde*. Darmstadt: WBG, 2014.

ANTRY, Theodore (trad. e org.). *Norbert and Early Norbertine Spirituality*. New York: Paulist Press, 2007.

ARDURA, Bernard. *The Order of Prémontré: History and Spirituality*. De Pere: Paisa Publishing, 1995.

ARNOLD, Benjamin. *German Knighthood 1050-1300*. Oxford: OUP, 1985.

BIHRER, Andreas. Forms and structures of power – Ecclesiastical Lordship, in: LOUD, Graham A. & SCHENK, Joschen (ed.). *The Origins of the German Principalities, 1100-1350*. New York: Routledge, 2017, pp. 100-121.

BROWN, Warren. *Violence in medieval Europe*. New York: Routledge, 2014.

BROWN, Peter. The rise and function of the Holy Man in Late Antiquity. *The Journal of Roman Studies*, Vol. 61, 1971, pp. 80-101

DUTTON, Paul Edward (ed.). *Carolingian Civilization – A Reader*. Toronto: University of Toronto Press, 2009, pp. 513-532.

GRAUWEN, Wilfried Marcel. *Norbert, Erzbischof von Magdeburg (1126-1134)*. Duisburg: Prämonstratenser Abtei S. Johann, 1986.

LUSSET, Elisabeth. “Reformatio vel perturbatio”. Violent Acts Between Superiors and Monks, Nuns and Regular Canons in the Medieval Cloister During the Later Middle Ages. *Saeculum*, v. 66, n. 1, p. 111-127.

NEEL, Carol. The Premonstratensian Project, in: PANSTERS, Krijn (ed.). *A Companion to Medieval Rules and Customaries*. Leiden: Brill, 2020, pp. 193-224.

PATZOLD, Steffen. “L’archidiocèse de Magdeburg. Perception de l’espace et identité (Xe – XIe siècle)”, in: MAZEL, Florian (dir.). *L’espace du diocèse – Genèse d’un territoire dans l’Occident médiéval (Ve – XIIIe siècle)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008, p. 167-194.

PERTZ, G. H. (ed.). *Annales magdeburgenses*. Hannover: Hahn, MGH Scriptorum, v. XVI, 1859.

PETIT, François. *Norbert et l'origine des Prémontrés*. Paris: CERF, 1980.

REUTER, Timothy. "Filii matris nostra e pugnant adversum nos": Bonds and Tensions between Prelates and their "milites" in the German High Middle Ages. In: *Chiesa e mondo feudale nei secoli X-XII: atti della dodicesima Settimana internazionale di studio, Mendola, 24-28 agosto 1992*. Milão: Vita e Pensiero, 1995, p. 241-276.

ROBINSON, Ian S. *Henry IV of Germany, 1056-1106*. Cambridge: Cambridge UP, 2000.

SCHNEIDMÜLLER, Bernd. Rule by Consensus: Forms and Concepts of Political Order in the European Middle Ages. *The Medieval History Journal*, v. 16, n. 2, 2013, p. 449-471.

WAITZ, Georg (ed.). *Gesta archiepiscoporum Magdeburgensium*. Hannover: Hahn, MGH SS, v. XIII, 1883.

WILMANS, Roger (ed.). *Vita Norberti archiepiscopi Magdeburgensis*. Hannover: Hahn, MGH Scriptorum, v. XII, 1859.